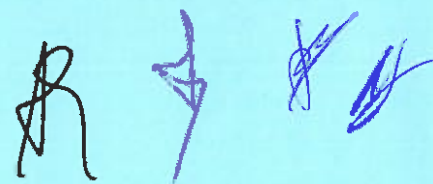
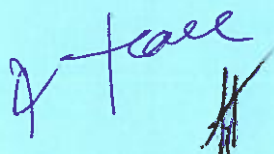


Relatórios de gestão

Conta de gerência de 2015





MUNICIPIO DE SABROSA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015

13 de Abril 2016





RELATÓRIO DE GESTÃO¹ 2015

1. Introdução

No cumprimento do preceituado nos diplomas legais em vigor, designadamente o que refere a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º e alínea i) do n.º 1 do artigo 33º e da Lei 75/2013 de 12 de Setembro na sua atual redação, foram elaborados os documentos da prestação de contas relativos ao exercício económico de 2015 para apreciação pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal em Abril de 2016.

A lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas – LOPTC), na sua atual redação determina, no artigo 52º que “1. As contas serão prestadas por anos económicos e elaboradas pelos responsáveis pela respetiva gerência (...)”. De forma a dar cumprimento ao n.º1 do artigo 76º da Lei 73/52013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, foram elaborados os documentos de prestação de contas de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da referida lei.

São destinatários da prestação de contas do município de Sabrosa os munícipes e cidadãos, membros da Assembleia Municipal, Órgãos da autarquia, as Entidades de Controlo, como seja o Tribunal de Contas, a Inspeção Geral de Finanças, entre outros. No âmbito dos deveres de informação através das aplicações informáticas são destinatários a Direção Geral das Autarquias Locais e a Direção Geral do Orçamento.

Cabe aqui uma nota de apreço aos munícipes, aos trabalhadores do município de Sabrosa, às juntas de freguesia, às associações sem fins lucrativos e demais coletividades, empresas e outros agentes, pela sua interação durante o ano de 2015.

O principal objetivo da Prestação de Contas consiste na partilha de uma informação consistente e fiável sobre a atividade financeira, contas e património do município de Sabrosa, sublinhando as questões relevantes em matéria contabilística, seja em matéria orçamental, patrimonial, económica ou financeira que permita a análise da gestão municipal, da afetação de recursos, da execução orçamental, entre outros, e o conhecimento das contas devidamente certificadas por revisor oficial de contas, refletindo a atividade do município no exercício económico de 2015.

¹ Conforme DL N.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL).



1.1 Linhas de Orientação e síntese da atividade desenvolvida

2015 Foi caracterizado pela manutenção de um ambiente macroeconómico e social difícil, pautado pela continuidade de limitações impostas por Políticas Económicas e Financeiras, tendo-se mantido o contexto de turbulência europeu, nacional e regional, fazendo-se sentir localmente e obrigando os municípios a um enorme esforço de adaptação seja ao contexto das restrições financeiras a que acresceu a manutenção da paragem verificada na gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2020 no contexto da gestão do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Persistiu o contexto de risco económico e social e o flagelo do desemprego, confirmado pelas estatísticas nacionais e europeias e pelo risco de deflação.

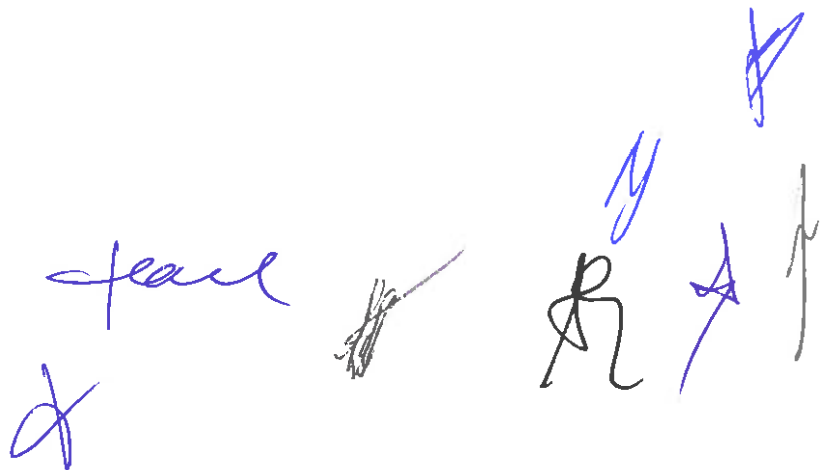
Neste contexto, o município de Sabrosa manteve, à semelhança das ações encetadas em 2014, apoios tendentes ao aproveitamento de medidas que, apesar de pontuais e transitórias, permitiriam uma contribuição para o aumento de oportunidades de trabalho no território. Direta e indiretamente, o município de Sabrosa foi motor para o terceiro sector e instituições do concelho. Foi também possível manter investimentos em áreas prioritárias: emprego, investimento na educação, desporto e cultura, transportes escolares, regeneração urbana, entre outros.

O município de Sabrosa reduziu, em 2015, a sua dívida a terceiros, seja em termos de dívidas exigíveis a curto prazo, no espaço de um ano, seja no capítulo das dívidas exigíveis no médio e longo prazos. A redução global ultrapassou os 400.000,00€, tendo sido possível manter o apoio financeiro às juntas de freguesia e o apoio, através de disponibilização de equipamento e mão-de-obra, a diversos investimentos nas freguesias, tendo-se mantido todos os serviços ao cidadão, bem como o apoio às instituições do concelho.



1.2 Relatório de Gestão

Segundo o POCAL, o relatório de gestão deverá incluir comparabilidade entre os objetivos traçados pela autarquia, os meios e métodos utilizados na execução das atividades e a avaliação dos resultados obtidos. O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro institui, nos artigos 76º e 77º, a certificação legal de contas por auditor externo, razão pela qual os documentos da prestação de contas são acompanhados pelo parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas a quem compete, segundo a alínea e) do n.º 2 do artigo 77º, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinadas pela assembleia municipal. Segundo o n.º 4 do citado artigo 77º, compete, ainda, ao auditor externo pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei. O município de Sabrosa encetou desde 2012 um procedimento de auditoria externa às contas, mas só a partir da entrada em vigor do regime financeiro atual se iniciou um trabalho tendente à certificação legal de contas, sendo a presente conta de gerência a segunda a ser certificada nos termos da legislação em vigor.





Terra de Férias Magníficas

2. Execução e Evolução da Política Orçamental Desenvolvida Pela Autarquia

Orçamento da Receita: estrutura e evolução

Designação	2013	Grau execução	2014	Grau execução	2015	Grau execução
Receitas correntes	6.221.372,45		6.126.425,94		6.081.046,64	
Receitas de capital	1.603.504,00		1.351.100,23		729.275,22	
Outras Receitas	3.678,00		31.253,19		22.420,02	
Total	7.828.554,45	61,0%	7.508.779,36	70,5%	6.832.741,88	89,1%

Receita Cobrada Líquida sem visualização do saldo da gerência anterior

Com a entrada em vigor do Regime Financeiro das autarquias locais e das Entidades Intermunicipais foi instituído um mecanismo de alerta precoce e desvios (n.º 3 do artigo 56º da lei 73/2013, de 3 de setembro) no que respeita à taxa de execução da receita, sempre que a taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo seja inferior a 85%. No capítulo da dívida total, como se verá adiante, não se verificaram incumprimentos e o grau de execução da receita foi superior a 85% tendo sido melhorada a fiabilidade das previsões da receita em sede de elaboração do orçamento.

Execução Orçamental da receita

Designação	2014	Grau execução	2015	Grau execução
Impostos diretos	676.847,17		818.952,79	
Impostos indiretos	1.934,84		1.050,00	
Taxas, multas e outras penalidades	157.535,65		166.612,69	
Rendimentos de propriedade	506,17		88,03	
Transferências correntes	4.442.606,29		4.576.813,78	
Venda de bens e serviços correntes	629.621,27		484.863,75	
Outras receitas correntes	217.374,55		32.665,60	
Receitas correntes	6.126.425,94		6.081.046,64	
Venda de bens de investimento	0,00		46.000,00	
Transferência de capital	1.351.100,23		683.275,22	
Ativos financeiros	0,00		0,00	
Passivos financeiros	0,00		0,00	
Outras receitas de capital	0,00		0,00	
Receitas de capital	1.351.100,23		729.275,22	
Reposições não abatidas nos pagamentos	31.253,19		22.420,02	
Outras receitas	31.253,19		22.420,02	
Total	7.508.779,36	70,5%	6.832.741,88	89,1%

Receita Cobrada Líquida sem visualização do saldo da gerência anterior



Terra de Fénix Magalhães

Da análise do mapa da Execução Orçamental da Receita para os anos de 2014 e 2015 pode-se verificar, por classificação económica de despesa, a proveniência das receitas da autarquia, assim como o seu peso relativo no orçamento municipal.

A execução orçamental da receita tem o valor global de 89.1% no exercício de 2015 respeitando o clausulado do artigo 56 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e o cumprimento dos requisitos para que o município não esteja em alerta precoce a nível financeiro. Esta taxa de execução é também determinante para a diminuição progressiva do desvio entre o que foi previsto em fase de elaboração do orçamento e o que foi efetivamente a execução orçamental. Verifica-se uma diminuição da arrecadação de receita, a que não é alheio o facto de o Programa 2020 estar ainda em fase de arranque.

Orçamento da despesa: estrutura e evolução

Designação	2013			2014			2015		
	Compromissos assumidos exercício	Despesa paga execução	%	Compromissos assumidos exercício	Despesa paga execução	%	Compromissos assumidos exercício	Despesa paga execução	%
01 Despesas com pessoal	2.620.885,33	2.616.882,12		2.746.873,18	2.746.707,85		2.612.745,70	2.588.664,74	
02 Aquisição de bens e serviços	2.785.965,58	2.264.529,02		3.032.584,33	2.060.619,42		3.339.851,79	2.039.017,28	
03 Juros e outros encargos	404.211,28	126.392,32		158.556,49	20.696,00		128.589,55	14.586,90	
04 Transferências correntes	459.078,71	411.645,74		270.959,82	228.806,47		495.078,57	447.774,14	
06 Outras despesas correntes	47.718,69	43.563,59		81.260,41	81.051,27		62.037,65	61.915,62	
07 Aquisição de bens de capital	2.608.887,30	1.875.956,60		1.707.826,76	1.358.750,75		969.727,04	870.792,94	
08 Transferências de capital	395.594,00	371.896,07		238.933,45	222.880,97		162.885,78	150.885,78	
09 Ativos financeiros	0,00	0,00		0,00	0,00		55.882,00	55.882,00	
10 Passivos financeiros	2.191.258,83	641.134,15		1.323.744,24	496.291,62		1.175.317,72	416.075,04	
11 Outras despesas de capital	30.384,67	30.384,67		0,00	0,00		0,00	0,00	
Total	11.543.984,39	8.382.384,28	69,6%	9.560.738,68	7.215.804,35	67,9%	9.002.115,80	6.645.594,44	87,2%

A análise do quadro Orçamento da Despesa: estrutura e evolução permite a perceção, por classificação económica de despesa, da execução do orçamento da despesa do município de Sabrosa, sendo de sublinhar que o orçamento de despesa teve uma execução global de 87.2%. Houve, comparativamente com 2014, um decréscimo de atividade relacionada com investimento, fruto da já referida transição entre o Quadro de Referência Estratégico Nacional e o Portugal 2020. De salientar que os ativos financeiros evidenciados na rubrica 09 se devem à participação do município de Sabrosa no Fundo de Apoio Municipal (FAM).



Execução Orçamental e cumprimento da Regra do Equilíbrio Orçamental

Foi cumprida a regra do equilíbrio orçamental prevista no artigo 40º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro na execução orçamental tendo ficado salvaguardada a regra quer na elaboração do orçamento de 2015, quer ao longo da execução orçamental. Esta regra implica que as receitas correntes tenham de ser superiores ou iguais à soma das despesas correntes e das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Ao nível da execução orçamental do ano de 2015 verifica-se o cumprimento desta regra, como se demonstra no quadro abaixo:

CÁLCULO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL			
n.º 73/2013 de 3 setembro - "Regime Finanças das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais" (artigo artigos 40º)			
A	Reita corrente	31-12-2015	6.639.277,61 €
B	Despesas Correntes	31-12-2015	5.862.593,75 €
C	Saldo corrente [A - B]		776.683,86 €
D	Amortizações médias dos empréstimos	31-12-2015	373.804,89 €
E	Diferença [C - D]		402.878,97 €
Control o	5% RCB (art. 40.º, n.º3, do RFALEI)		331.963,88 €
	Conclusão		Cumpre

MUNICÍPIO DE SABROSA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015 MUNICÍPIO DE SABROSA
(Abril 2016)



Terra de Férias Magníficas

Execução do plano plurianual de investimentos

OBI.	DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA E PROJECTO/ACÇÃO	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO		Exec Fin Anual (a)	Exec Fin Global (b)
		ANO	ANOS SEGUINTE	TOTAL	ANOS SEGUINTE	ANO		
1.	Funções Gerais	192.652,12 €	175.000,00 €	367.652,12 €	283.393,36 €	150.968,04 €	434.361,40 €	
1.1.	Serviços Gerais da Administração Pública	172.124,94 €	171.000,00 €	343.124,94 €	282.713,36 €	149.695,60 €	432.408,96 €	
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	20.527,18 €	4.000,00 €	24.527,18 €	680,00 €	1.272,44 €	1.952,44 €	
2.	Funções Sociais	312.984,80 €	484.400,00 €	797.384,80 €	337.908,12 €	270.779,42 €	608.687,54 €	
2.1.	Educação	2.281,65 €	35.000,00 €	37.281,65 €	35.738,48 €	2.281,65 €	38.020,13 €	
2.3.	Segurança e Acção Sociais		8.000,00 €	8.000,00 €	5.293,95 €		5.293,95 €	
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	277.955,16 €	400.400,00 €	678.355,16 €	211.701,44 €	246.056,68 €	457.758,12 €	
3.	Funções Económicas	611.961,27 €	302.000,00 €	913.961,27 €	289.820,91 €	446.011,11 €	735.832,02 €	
3.2.	Indústria e Energia	346.889,56 €	70.000,00 €	416.889,56 €	1.578,34 €	205.707,62 €	207.285,96 €	
3.3.	Transportes e Comunicações	265.071,71 €	212.000,00 €	477.071,71 €	288.242,57 €	240.303,49 €	528.546,06 €	
3.4.	Comércio e Turismo		20.000,00 €	20.000,00 €				
4.	Outras Funções	3.538,47 €	28.000,00 €	31.538,47 €	14.047,75 €	3.034,37 €	17.082,12 €	
4.3.	Dividas não Especificadas	3.538,47 €	28.000,00 €	31.538,47 €	14.047,75 €	3.034,37 €	17.082,12 €	
TOTAL		1.121.136,66 €	989.400,00 €	2.110.536,66 €	925.170,14 €	870.792,94 €	1.795.963,08 €	77,67 59,16

O quadro da execução do Plano Plurianual de Investimentos evidencia a estrutura da execução por classificação económica. Destaque, no exercício de 2015, para o investimento realizado nas funções económicas e sociais. A execução financeira anual atingiu 77.67%.



Terra de Férias Magalhães

3. Evolução da Situação Económica e Financeira

Análise do Balanço 2015

ACTIVO					
Imobilizado	ACTIVO BRUTO 2015	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES 2015	ACTIVO LIQUIDO 2015	ACTIVO LIQUIDO 2014	Varição
Imobilizações incorpóreas	976.108,65	22.013,56	22.095,09	19.661,40	2.433,69
Imobilizações corpóreas+Bens Dominio Públi	79.889.624,96	46.479.207,23	33.410.417,73	35.712.865,64	-2.302.447,91
Investimentos Financeiros	509.586,38		509.586,38	509.586,38	0,00
Circulante					
Existências	14.946,78		14.946,78	73.894,54	-58.947,76
Dívidas de terceiros					
Médio e longo prazo			0,00	0,00	0,00
Curto prazo	221.184,96	67.545,36	153.639,60	92.937,36	60.702,24
Títulos negociáveis			0,00	0,00	0,00
Depósitos bancários e caixa			874.596,15	662.730,61	211.865,54
Acréscimos e diferimentos			144.483,60	56.693,93	87.789,67
TOTAL ACTIVO			35.129.765,33	37.128.369,86	-1.998.604,53
CAPITAL PRÓPRIO					
Património (51)			38.182.379,65	38.182.379,65	0,00
Ações próprias			0,00	0,00	0
Prestações suplementares			0,00	0,00	0
Subsídios e Doações (575+576)			159.945,37	158.647,61	1.297,76
Ajustamento partes capital (55)			0,00	0,00	
Reservas (56+571+572+573+574+577)			35.321,26	35.321,26	0,00
Resultados transitados (59)			-14.845.862,16	-13.302.889,86	-1.542.972,30
Resultado líquido exercício (88)			-707.508,13	-1.518.862,60	811.354,47
Dividendos antecipados			0,00	0,00	0
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO			22.824.275,99	23.554.596,06	-730.320,07
PASSIVO					
Provisões para riscos e encargos			184.378,94	967.888,60	-783.509,66
Dívidas a terceiros					
Médio e longo prazo			2.701.794,17	2.800.572,86	-98.778,69
Curto prazo			848.636,36	1.183.422,39	-334.786,03
Acréscimos e diferimentos (273+274)			8.570.679,87	8.621.889,95	-51.210,08
TOTAL PASSIVO			12.305.489,34	13.573.773,80	-1.268.284,46
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			35.129.765,33	37.128.369,86	-1.998.604,53

O balanço espelha a situação patrimonial do município a 31 de dezembro de 2015. Em traços gerais, houve uma diminuição global da dívida do município. As dívidas de curto prazo diminuíram, verificando-se igual tendência nas dívidas exigíveis a médio e longo prazo, diminuindo globalmente em mais de 400.000,00€. Regista-se uma variação negativa no ativo líquido, devida, em parte, a um abrandamento do investimento realizado. O resultado líquido do exercício é negativo, tendo o valor de 707.508,13€, tendo registado uma diminuição do peso negativo do mesmo em mais de 800.000,00€. Registou-se uma diminuição de

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Terra de Férias Magníficas

provisões para riscos e encargos, assim como o valor das dívidas a terceiros, tendo havido uma diminuição do passivo em cerca de 1.200.000.00€.

Análise de Pessoal

Cabe aqui referir que tal como a Associação de Municípios Portugueses, também o município de Sabrosa "preconiza a definição de um modelo de gestão de recursos humanos municipais, autónomo e responsável, que admite, inclusive, a determinação de um limite de despesas com o pessoal, racionável e equilibrado (...)". O município de Sabrosa não ultrapassou o limite da dívida total, encontrando-se abaixo do limite de 1.5 vezes a média da receita corrente cobrada líquida nos três anos anteriores, e revelando não demonstrar nenhuma das situações previstas para saneamento financeiro ou recuperação financeira.

A média das receitas correntes cobradas líquidas foi de 5.486.907€ nos três exercícios de 2013, 2014 e 2015, sendo que as despesas de pessoal – conta 64 - totalizaram o montante de 2.539.416.44€. Em 2015 o município tinha 131 trabalhadores ao serviço.

Análise da Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da autarquia durante o ano de 2015. No quadro abaixo são comparados os exercícios de 2014 e 2015.

Demonstração de Resultados				
Contas	Descrição	Exercício		
		N (2015)		N-1 (2014)
	Custos e perdas			
61	CMVMC			
	Mercadorias	267.314,82		341.522,93
	Matérias	52.416,59	319.731,41	80.182,74
62	Fornecimentos e serviços externos:		1.676.879,76	1.735.147,26
	Custos com o pessoal:			
641+642	Remunerações	1.992.764,09		2.192.114,72
643 a 648	Encargos sociais	546.652,35	2.539.416,44	568.342,78
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		418.572,26	0,00
66	Amortizações do exercício		3.053.387,89	0,00
67	Provisões do exercício		249.003,16	0,00
65	Outros custos operacionais		4.218,00	0,00
68	Custos e perdas financeiros		13.806,06	0,00
69	Custos e perdas extraordinários		448.142,88	0,00
88	Resultado líquido do exercício.....		-707.508,13	0,00
	Proveitos e ganhos			0,00
	Vendas e prestações de serviços:			0,00
7111	Venda de mercadorias			0,00
7112+7113	Venda de produtos	212.352,68		178.958,84
712	Prestações de serviços	448.938,50	661.291,18	454.755,57
72	Impostos e taxas		877.153,62	0,00
(a)	Variação da produção			0,00
75	Trabalhos para a própria entidade			0,00
73	Proveitos suplementares			0,00
74	Transferências e subsídios obtidos		5.056.763,64	0,00
76	Outros proveitos e ganhos operacionais			0,00
78	Proveitos e ganhos financeiros		6.046,89	0,00
79	Proveitos extraordinários		1.414.394,40	0,00



Terra de Forno Magalhães

Tal como em anos anteriores, o valor das vendas e prestações de serviços encontra-se abaixo do valor necessário para suportar os custos operacionais, revelando necessidade de alguns ajustamentos. Os resultados de 2015 refletem também os ajustamentos necessários ao cumprimento de legislação em matéria de remunerações pagas aos trabalhadores, neste caso, a conta 64 refletiu as obrigações do município de Sabrosa em sede de Orçamento de Estado de 2015. Simultaneamente, como já se referiu, está patente a transição entre quadros comunitários, uma vez que diminuíram as transferências relacionadas com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e outros fundos estruturais. De salientar a expressão das amortizações do exercício que em 2015 atingiram o valor de 3.053.387.89€. Como se referiu na análise do balanço, o resultado líquido do exercício tem expressão negativa no valor de 707.508.13€.

[Handwritten signatures and marks in blue ink]

MUNICÍPIO DE SABROSA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015 MUNICÍPIO DE SABROSA

(Abril 2016)

SABROSA
Município

Terra de Fé e de Trabalho

Demonstração de Resultados

2015

CUSTOS E PERDAS		Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e M.P. Consumidas		319.731,41 €	4%
Mercadorias		267.314,82 €	
Matérias Primas		52.416,59 €	
Fornecimentos e Serviços externos		1.676.879,76 €	21%
Transferências e sub. correntes concedidos e prest. Soc.		418.572,26 €	5%
Custos com o Pessoal		2.539.416,44 €	32%
Remunerações		1.992.764,09 €	
Encargos Sociais		546.652,35 €	
Amortizações do exercício		3.053.387,89 €	38%
Provisões do exercício		249.003,16 €	3%
Outros custos operacionais		4.218,00 €	
	Custos operacionais (A)	8.261.208,92 €	
Custos e perdas financeiros		13.806,06 €	0%
	(C)	8.275.014,98 €	
Custos e perdas extraordinárias		448.142,88 €	6%
	(E)	8.723.157,86 €	
Resultado Líquido do Exercício		-707.508,13 €	-9%
		8.015.649,73 €	100%
PROVEITOS E GANHOS		Valor	%
Venda e prestações de serviços		212.352,68 €	3%
Venda de mercadorias			
Venda de produtos		212.352,68 €	
Prestação de serviços		448.938,50 €	6%
		661.291,18 €	
Impostos e taxas		877.153,62 €	11%
Variação de produção			
Trabalhos para própria entidade			
Proveitos suplementares			
Transferências e subsídios obtidos		5.056.763,64 €	63%
Outros proveitos e ganhos operacionais			
	Proveitos operacionais (B)	6.595.208,44 €	
Proveitos e ganhos financeiros		6.046,89 €	0%
	(D)	6.601.255,33 €	
Proveitos e ganhos extraordinários		1.414.394,40 €	18%
	(F)	8.015.649,73 €	100%
Resultados Operacionais: (B - A)		-1.666.000 €	-21%
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-7.759 €	0%
Resultados Correntes: (D - C)		-1.673.760 €	-21%
Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		-707.508,13 €	-9%

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in black ink.

Handwritten signature in blue ink.

(Abril 2016)


SABROSA
 Município

Terra de Fé e Trabalho
Indicadores da Capacidade Económico - Financeira

Portaria n.º 994/2004

RÁCIOS	Base de Cálculo	2014	2015	Valores Referência	2015	Média dos Últimos 2 Anos
Liquidez Geral =	$\frac{(a + b + c)}{d}$	70,10%	122,92%	110	122,92%	96,51%
a) Existências		73.894,54	14.946,78			
b) Disponibilidades		662.730,61	874.596,15			
c) Dívidas de terceiros a CP		92.937,36	153.639,60			
d) Passivo CP		1.183.422,39	848.636,36			
Autonomia Financeira =	$\frac{e}{f}$	63,44%	64,97%	15	64,97%	64,21%
e) Capitais próprios		23.554.596,06	22.824.275,99			
f) Activo Líquido total		37.128.369,86	35.129.763,33			

4. Dívida do Município

A alteração do regime financeiro modificou a forma de análise da capacidade de endividamento dos municípios. Com a anterior lei das finanças locais, existiam três tipos de endividamento – endividamento líquido, endividamento relativo a empréstimos de curto prazo e endividamento relativo a empréstimos de médio e longo prazos². O regime financeiro em vigor prevê a análise de endividamento através da dívida total, sendo esta a baliza quer para endividamento titulado por empréstimos de curto e/ou médio e longo prazos, quer para dívidas a fornecedores de imobilizado ou conta corrente, ou para outros devedores e credores. Neste sentido, apresentam-se nos pontos seguintes a estrutura da dívida dos últimos três anos e a sua evolução, em função dos respetivos regimes financeiros à data.

Neste ponto parece-nos conveniente mostrar o impacto da realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) nas contas do município de Sabrosa.

² Lei 2/2007, de 15 de janeiro.

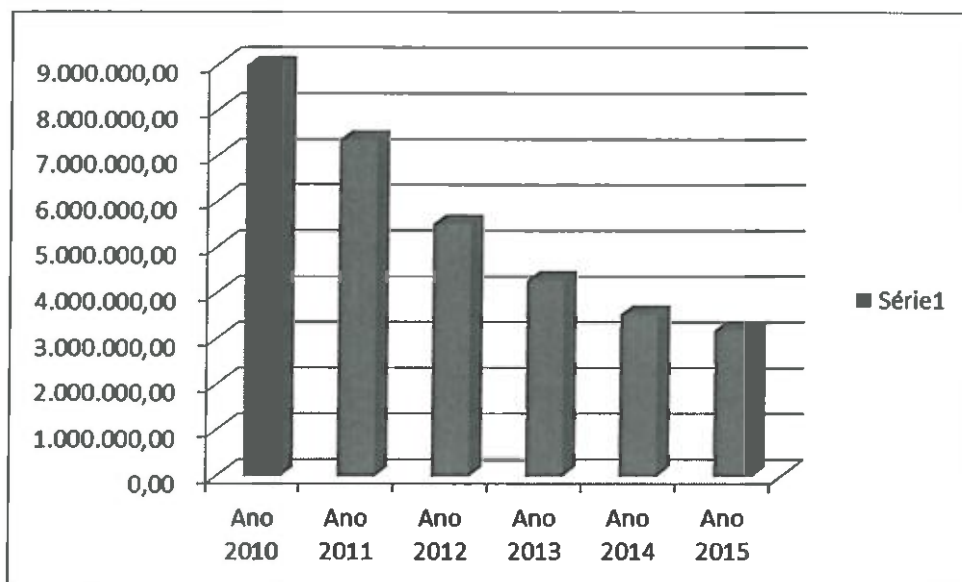
(Abril 2016)


SABROSA
 Alunos Ipiru

Terra de Fé e de Trabalho

A Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto regula o regime jurídico da recuperação financeira municipal, estipulando, no n.º 1 do artigo 17º que o capital social do FAM é de 650.000.000€, dispondo o n.º 2 que a contribuição dos municípios é de 50%, isto é, 325.000.000€, sendo que a contribuição para o FAM do município de Sabrosa é de 391.173,38€. Segundo nota explicativa do Subgrupo de Apoio técnico na aplicação POCAL da DGAL, publicada em março de 2015, "o Orçamento de Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição do município para o FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.". Duas notas relativamente a esta questão: o FAM é contabilizado através da conta 26 – outros devedores e credores. Apesar do FAM ser excecionado, pelo menos em 2014 e 2015, do perímetro da dívida total, e pese embora o facto de ser considerado um ativo, uma vez que se trata de um investimento financeiro classificado na conta 4122 – obrigações e títulos de participação, este facto não altera a realidade de haver um passivo no valor de 335.291.38€ reconhecido em 2015 e de 2016 a 2020, haver necessidade de prever uma despesa com ativos financeiros no orçamento do município de Sabrosa no valor de 55.882.00€/ano.

4.1 Análise da Evolução da Dívida



4.2 Estrutura da dívida

Como se pode verificar através da análise dos dados constantes nos mapas da Direção Geral das Autarquias Locais, correspondentes aos reportes relativos à dívida do município, tem sido registada uma descida significativa da mesma, assim como uma diminuição dos prazos médios de pagamento a fornecedores. O município de Sabrosa observou o limite da dívida total previsto no artigo 52º da lei 73/2013.

Ficha Município de Sabrosa SIAL (2013, 2014 e 2015):



SABROSA
Município

Terra de Férias Magníficas

DCAL | DIREÇÃO-GERAL DAS
AUTARQUIAS LOCAIS

Ficha do Município

SABROSA

Prestação de Contas de
2013

A. Dados entidade:

Área (Km²) 156.93 População (hab.) 6361 Eleitores (n.º) 7269
Pessoal ao serviço (n.º) 133 (4.º Trimestre de 2013)

B. Receitas previstas no âmbito do n.º 1 do artigo 37.º da Lei das Finanças Locais:

1. Impostos Municipais: 656.930,42
IM 289.352,17 IMT 290.724,78 IUC/MV 77.853,47
mo s-1 mo s-1 mo s-1
2. Derrama 0,00
mo s-1
3. Participação nos resultados do SEL 0,00
mo s-1
4. FEF + IRS 4.593.820,00
mo s mo s

B 1. Limites ao endividamento no âmbito da Lei das Finanças Locais:

Limite Endividamento:

Curto Prazo [(1+2+3+4)*10% LFL] 525.075,04 Médio e Longo Prazo [(1+2+3+4)*100%] 5.250.750,42
Endividamento Líquido [(1+2+3+4)*125%] 6.563.438,03

C. Limites ao endividamento da autarquia para o ano corrente (Lei do Orçamento do Estado):

Limite Endividamento:

Limite EL2013 (art.º 98.º OE/2013) 4.670.335,83 Limite EMLP2013 (art.º 98.º OE/2013) 5.250.750,42

D. Endividamento líquido e de médio e longo prazos da autarquia:

(em euros)

Data de reporte	Limites ao endividamento 2013		Endividamento				Capital em dívida excepcionado	
	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido (Sem Excepcionado)	Activos financeiros	Passivos financeiros	Médio e longo prazos	Empréstimos	Dívida à EDP
	1	2	3	4	5	6	7	8
01-01-2013	4.670.336	5.250.750	3.402.600	1.501.449	6.008.504	2.783.284	1.192.174	
Prestação de Contas			2.227.155	990.984	4.335.852	2.217.039	1.117.713	
Data de reporte	Excesso de Endividamento		Margem de Endividamento		Variação no excesso de endividamento			
	Líquido 8=3-1	Médio e longo prazos 10=8-2	Líquido 11=1-3	Médio e longo prazos 12=2-6	Líquido	Médio e longo prazos	(01-01-2013 versus Prestação de Contas)	
01-01-2013			1.267.455	2.467.466				
Prestação de Contas			2.443.181	3.033.712				

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2013)

1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 3.584.528 FMP 46 dias
2. Aquisição acumuladas 7.154.075
3. Último FMP publicado 46 dias (31/12/2013)



Terra de Férias Magalhães

DCAL | DIREÇÃO-GERAL DAS
AUTARQUIAS LOCAIS

Ficha do Município

SABROSA

Prestação de Contas de
2014

A. Dados entidade:

Área (Km²) 156.92 População (hab.) 6256 Eleitores (n.º) 7269

(4.º Trimestre de 2014)

Pessoal ao serviço (n.º) 131

B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2011	Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
5.464.646	4.774.701	6.221.372	16.460.720	5.486.907

C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2014 (1,5ª média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº 73/2013)

Limite da dívida total

8.230.359,76

D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part.	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
8.230.360	01/01/2014						
	4.335.852	279	4.336.131	4.334.615		3.895.745	779.149
	31/12/2014						
	3.983.895	0	3.983.895	3.590.371		4.639.889	927.898
Variação da Dívida %							-17,17%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							1.523.393

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2014)

1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 2.275.778 RMP 46 dias
 2. Aquisição acumuladas 4.471.689
 3. Último RMP publicado 46 dias (31/12/2014)

(Abril 2016)



Terra de Férias Magníficas

DCAL | DIREÇÃO-GERAL DAS
AUTARQUIAS LOCAIS

Ficha do Município

SABROSA

4.º Trimestre de 2015

A. Dados entidade:

Área (Km²) 156.92 População (hab.) 6256 Eleitores (n.º) 7269

(4.º Trimestre de 2015)

Pessoal ao serviço (n.º) 131

B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5) = (4)/(3)
4.774.701	6.221.372	6.126.426	17.122.499	5.707.500

C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2015 (1,5ª média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº 73/2013)

Limite da dívida total

8.561.249,61

D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AS/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAS	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
8.561.250	01/01/2015						
	3.083.995	0	3.083.995	3.590.371		4.970.876	994.178
	31/12/2015						
	3.256.714	288	3.257.002	2.599.822		6.001.427	1.200.285
Variação da Dívida %							-28,70%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							2.024.724

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2015)

1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 1.603.483 FMP 44 dias

2. Aquisição acumuladas 3.345.831

3. Último FMP publicado 46 dias (31/12/2014)



SABROSA
Município
Terra de Pioneirismo Magnífico

4.3 Capacidade de Endividamento

Município: Sabrosa	
Apuramento da Capacidade de endividamento	
(artº 52º e 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro)	
Apuramento do limite da "Dívida Total" a 31/12/2015	
Total receita cobrada nos 3 últimos anos	17.122.499,21 €
Receita corrente cobrada em 2012	4.774.700,82 €
Receita corrente cobrada em 2013	6.221.372,45 €
Receita corrente cobrada em 2014	6.126.425,94 €
Média da receita	5.707.499,74 €
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos	8.561.249,61 €
Apuramento da Dívida Total	
orçamentais	
Dívida total operações orçamentais (Desagregada por contas patrimoniais)	3.390.946,24 €
Fornecedores C/Corrente (conta 22)	387.499,27 €
Empréstimos de Médio e Longo Prazos (23)	2.422.384,79 €
Estado e Outros Entes Públicos (24)	17.437,72 €
Devedores e Credores pela Execução do Orçamento (25)	- €
Outros Devedores e Credores (26) (FAM)	563.366,55 €
Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total	
Associação Nacional de Municípios Portugueses	257,91 €
Dívida Total a 31/12/2015 excluindo operações extraorçamentais e FAM	3.055.396,95 €
Capacidade de endividamento	
Limite da dívida total da Autarquia calculado a 31/12/2015	8.561.249,61 €
Montante da dívida total em 31/12/2015 (excluindo operações extraorçamentais e FAM)	3.055.396,95 €
Margem Absoluta	5.505.852,66 €
Margem utilizável (20% - alínea b) do nº 3 do artº 52º)	1.101.170,53 €

(Handwritten signatures and initials in blue ink)



Terra de Fernão Magalhães

4.4 Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores:

A dívida a fornecedores tem vindo a diminuir de forma relevante, tendo contribuído para a diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores que no último trimestre de 2015 era de 44 dias. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro uniformizou a forma e o método de cálculo do prazo médio de pagamentos a fornecedores. A Direção Geral das Autarquias Locais monitoriza a evolução deste indicador, publicitando-o, mostrando o cumprimento ou incumprimento por parte dos diferentes municípios. O município de Sabrosa mantém a situação de cumprimento de prazos de pagamento a fornecedores, não tendo registados pagamentos em atraso.

5. Breve apreciação do sistema de controlo Interno

Tendo em vista a melhoria contínua do sistema de controlo interno foram analisados os seguintes pontos fortes e fracos, com vista à sua correção o mais rapidamente possível:

Organização/Contabilidade: Pontos fortes: Certificação legal de contas desde o exercício económico de 2014; Utilização de sistema informático – aplicação POCAL para o processamento da receita e da despesa, com possibilidade de integração com ganhos de fiabilidade de aplicações informáticas que estão associados aos diversos serviços emissores de receita. Pontos Fracos: não implementação da Contabilidade de Custos; Necessidade de se proceder à adaptação da Norma de Controlo Interno para o seu aperfeiçoamento; Necessidade de proceder à integração das aplicações informáticas POCAL e AGUAS;

Disponibilidades: Pontos Fortes: Respeito pelos níveis de responsabilidade definidos na Norma de Controlo Interno; Pontos Fracos: Foi necessário um trabalho de elaboração das reconciliações bancárias desde 2004, trabalho que a 31/12/2015 se encontra em fase de conclusão. **Existências:** Pontos Fortes: Existência de contagem física de bens existentes em armazém, e existência de aplicação informática de gestão integrada de *stocks*; Pontos Fracos: houve necessidade de se proceder a regularizações de existências, estando os serviços atentos em matéria quer de necessidades de formação na aplicação informática de gestão de *stocks*, quer nos níveis de controlo necessários. **Imobilizado/Património:** Pontos Fortes: Existência de aplicação informática que permite o registo de todos os movimentos associados ao património, esta aplicação informática permite o funcionamento integrado com o POCAL; Pontos Fracos: Amortizações associadas a bens de domínio público; **Prestação de Serviços, Liquidação e Cobrança de Taxas:** Pontos Fortes: Estão em curso os procedimentos de alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Sabrosa, assim como a alteração do Regulamento Tarifário relativo aos serviços de Abastecimento de água, Saneamento e Recolha de Resíduos Sólidos e Urbanos. Pontos

(Abril 2016)



Terra de Fervor Magalhães

Fracos: Necessidade de adaptação dos referidos regulamentos; **Endividamento/Empréstimos:** Pontos Fortes: Cumprimento dos limites de endividamento impostos ao município; Registo da finalidade dos empréstimos e respetiva antiguidade de saldos, entre outros; Pontos Fracos: informação incompleta sobre os montantes de empréstimos contraídos pelas entidades societárias e participadas. **Transferências/Apoios Financeiros:** Pontos Fortes: Existência de regulamentos que definem os critérios de atribuição de subsídios e apoios; existência de Acordos de Execução que balizam as transferências financeiras entre o município e as freguesias; Pontos Fracos: Inexistência e procedimentos que permitam conhecer a situação financeira das entidades apoiadas; Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas: última atualização em 2014.